

FAMÍLIAS E PROGRAMAS SOCIAIS

Virgínia de Lolo Oliveira - Uni-FACEF
Hélio Braga Filho - Uni-FACEF

INTRODUÇÃO

História do Programa

Os primeiros programas sociais surgiram em 1795, como uma lei de proteção ao trabalhador agrícola implantada no Sul da Inglaterra. Essa lei surgiu ao perceberem que “o estado atual dos pobres necessita de mais assistência do que a legislação geralmente tem dado a eles”. Tal estado se devia a uma série de más colheitas que reduziram a oferta de trigo, ao aumento da população e as guerras napoleônicas, que impediam a importação de trigo da Europa, gerando assim, escassez de alimentos e aumento do número de pobres e miseráveis em toda Inglaterra.

A “lei dos pobres”, como era conhecida, suplementava os baixíssimos salários então pagos, proporcionalmente ao preço do trigo e ao número de filhos da família. Quem pagava essa ajuda eram os contribuintes que gozavam de plena abundância material na época, e não o governo. Para que essas famílias fossem beneficiadas, foi preciso que outras famílias tivessem seu padrão de vida reduzido.

O objetivo do Estado era evitar as revoltas da pobreza. Para os proprietários de terras o sistema era muito vantajoso, pois transferia a todos os contribuintes os gastos com os trabalhadores na entressafra, quando o salário era cortado e os trabalhadores eram mantidos com a suplementação garantida pela lei dos pobres.

Esta dupla vantagem fez com que o sistema se ampliasse a todo o Sul da Inglaterra, pouco industrializado. Assim, o auxílio aos pobres representava muito mais um subsídio da sociedade aos grandes proprietários, que reduziam seus gastos com salários, do que uma transferência de renda do estado aos trabalhadores do campo.

Já em 1960 surge nos Estados Unidos o Imposto de Renda Negativo, na qual, a idéia básica era fixar um nível mínimo de renda e, as famílias que não alcançavam tal valor recebiam do governo uma quantia para complementar sua renda mensal (igualmente a lei dos pobres).

Ao longo da década de 90 a economia brasileira sofreu profundas transformações tais como a abertura da economia e do comércio de capitais, queda da taxa de inflação e redução da participação do estado na economia. Essas mudanças abalaram profundamente o crescimento econômico e o mercado de trabalho. Entre 1990 e 1992 houve um forte crescimento do desemprego. A redução dos empregos industriais e o aumento do emprego informal são reflexos das mudanças ocorridas nessa década.

Nessa conjuntura de desemprego e baixa escolaridade no Brasil, o IRN entra em discussão e em defesa pelo Senador Eduardo Suplicy por meio de um projeto de lei aprovado em 2001, a Bolsa-família. O Governo Federal criou tal programa para apoiar as famílias mais pobres e garantir o direito à alimentação, transferindo diretamente à renda. Para que o governo promova o acesso das famílias ao Bolsa Família, é preciso que as crianças e os adolescentes freqüentem a escola e a família deve manter o acompanhamento da saúde em dia, principalmente para as crianças e gestantes. O Bolsa família juntou num só programa o Auxílio Gás, o Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação e o Cartão Alimentação, incluindo assim famílias que não recebiam nenhum desses benefícios e estão de acordo com os critérios do programa.

Quem pode fazer parte do Bolsa Família?

- 1 As famílias com renda por mês de até R\$ 50,00 por pessoa (condição de miséria).
- 2 As famílias com renda por mês de R\$ 50,01 a R\$ 100,00 por pessoa que tenham crianças de zero a 17 anos ou gestantes.

A entrada da família no programa:

As prefeituras são responsáveis por cadastrar as famílias. Em cada prefeitura há um encarregado administrador do programa. O cadastro é analisado pelo Governo Federal que então aprova ou não a entrada da família no programa. Os municípios fazem a análise posterior, como informar se as crianças estão freqüentando a escola e se a família está com a situação de saúde em dia.

Valores pagos:

Os valores pagos pelo PBS variam de R\$ 18,00 a R\$ 172,00., variando pelo número de crianças, renda per capita, gestantes, pessoas subnutridas e

adolescentes até 17 anos. Existe dois tipos de benefício, o básico (no valor de R\$ 58,00, concedido às famílias com renda mensal de até R\$ 60,00 por pessoa, independentemente da composição familiar) e o benefício variável (no valor de R\$ 18,00, para cada criança ou adolescente de até 17 anos, no limite financeiro de até R\$ 104,00, equivalente a três filhos por família).

A cidade de Ituverava

História

A cidade surge com o bandeirantismo como posto de abastecimento dos mesmos, surgindo depois uma comunidade agrícola. Fundada em 16 de Julho de 1818 por João Alves de Figueiredo, natural de Lisboa. Nessa mesma época os habitantes da região eram os índios Caiapós Meridionais, uma tribo do grupo Jê.

A descoberta do ouro em Goiás, na terceira década do século XVIII, provocou um afluxo de pessoas de toda parte em busca de um enriquecimento. Em 1750 haviam 30.000 homens trabalhando nas minas. O deslocamento da população era feito pelo Caminho do Anhanguera.

Em paralelo às atividades mineradoras, a criação de gado no planalto sul-mineiro adquiriu importância no século XVIII. Quando a extração de ouro já não trazia a rentabilidade de antes, aumentou a criação de gado no país. As famílias mineiras eram patriarcais, com mais de 10 filhos, muitos agregados e escravaria numerosa, ocasionando um crescimento rápido do número de moradores da região de Franca.

O marco da fundação do município é construção de uma capela feita por escravos. Em 1885, 10 de Março, deixou de ser distrito de Paz de Nossa Senhora do Carmo da Franca do Imperador, para ser Ituverava, em tupi, salto brilhante.

A estrada de ferro e a rodovia Anhanguera trouxeram à Ituverava a agricultura e a criação de gado como base econômica local. Um dos produtos mais cultivados era o milho e a cultura se destinava a criação de porcos. Depois surgiram à cultura do arroz, feijão, mandioca, trigo, linhaça, centeio, café, algodão e cana-de-açúcar.

Em 10 de Março de 1885 a Freguesia se tornou Vila, emancipando-se da Franca do Imperador. Nos dias de hoje Ituverava conta com três cidades-filhas, sendo elas, São Benedito da Cachoeirinha, Aparecida do Salto e Capivari da Mata.

Geografia municipal e índices

Localiza-se a uma latitude 20°20'22" sul e a uma longitude 47°46'50" oeste, estando a uma altitude de 605 metros. Sua população estimada em 2004 era de 37.943 habitantes. Possui uma área de 697,8 km².

Localiza-se, no estado de São Paulo, tem mesorregião de Ribeirão Preto e a microrregião é a própria cidade. A área total do município é de 697.760 Km². A densidade demográfica é de 55,4 hab/km² e possui clima tropical.

O IDH é 0,789. PIB R\$ 287.647.141,00 e o PIB per capita é de R\$ 7.655,28. A mortalidade infantil até um ano por mil é 18,8. A expectativa de vida é 69,7, a taxa de fecundidade por mulher é 1,93 filhos e a taxa de alfabetização é de 91,06%.

Cultura

A cidade é forte em educação. Possui duas universidades a Fundação Educacional Ituveravense (FEI) e a Faculdade de agronomia Doutor Francisco Maeda (FAFRAM) que contabilizam juntas onze cursos de graduação e alguns de pós-graduação. Possui também quatro grandes redes de escolar particulares.

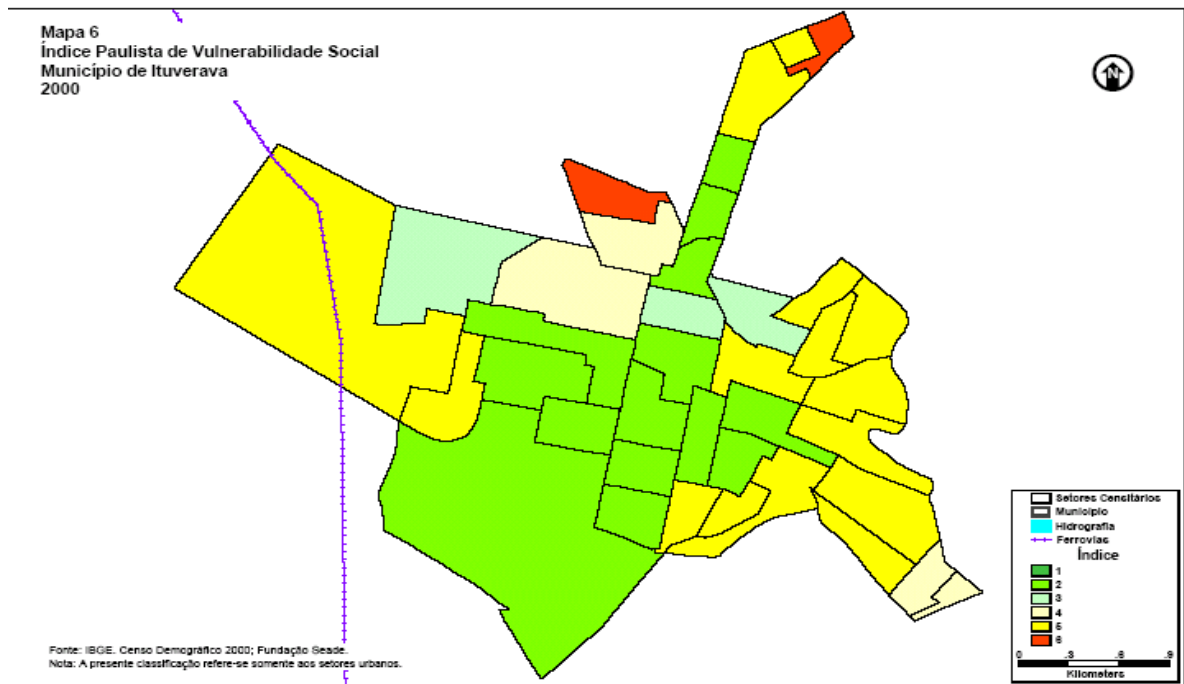
O turismo da cidade não é forte, porém, conta com alguns passeios naturais como a cachoeira Salto Brilhante (localizada no parque recreio), a represa Paulo Borges, e passeios culturais como o museu histórico municipal, o centro cultural e as igrejas Nossa Senhora do Carmo, Nossa Senhora do Rosário e São João Batista. Também possui uma das praças mais belas do país, a praça X de Março.

Economia

A economia local é basicamente agrícola, com base no cultivo de milho, soja, cana-de-açúcar e algodão. Apresenta um forte comércio e prestação de serviços. Há algumas indústrias como a Santa Maria (2º maior fabricante de vassouras do país), têxtil, fábrica de brinquedos, etc.

Social

A cidade tem alta vulnerabilidade social, possui grandes bairros periféricos como Benedito Trajano Borges, Nosso Teto, Guanabara I, II, III e IV, como mostra o mapa abaixo



As áreas em vermelho possuem vulnerabilidade extrema. A área em vermelho ao lado esquerdo é o bairro Benedito Trajano Borges. A outra área localizada mais acima no mapa é o bairro Nosso Teto. Ambos os bairros concentram a maior população pobre da cidade.

As áreas em amarelo possuem vulnerabilidade altíssima. Ao lado direito situa-se o bairro Largo do Rosário (onde se encontra a primeira capela da cidade e também a estação rodoviária), e ao lado esquerdo, os bairros Parque do Trevo e Estação.

As áreas em bege possuem alta vulnerabilidade, constituída pelos bairros Marajoara, Santa Cecília e ao lado direito Guanabara (onde está localizada a FAFRAM).

As áreas de cor azul claro possuem vulnerabilidade média e nessas áreas estão situados os bairros Cohab e parte da Vila São Jorge.

As áreas em verde claro possuem baixa vulnerabilidade. Nessas áreas encontram-se os bairros Cecap, Centro, Cidade Universitária (onde se encontra a faculdade FEI), Tropical I e II.

Na cidade de Ituverava não há área com ausência de vulnerabilidade que seria a cor verde escuro. Portanto, conclui-se que, a cidade de modo geral, está com altos índices de vulnerabilidade, e mesmo os bairros mais abastados não estão fora dela.

JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

A escolha do tema se deu por se tratar de um assunto atual, que frequentemente é discutido pela mídia e principalmente pelos economistas, que se preocupam com os impactos que pode sofrer a economia nacional com a implantação de um programa social de renda mínima.

A pesquisa se justifica pelo fato de querer obter informações sobre a empregabilidade do dinheiro obtido através do programa social Bolsa-família e também analisar se houve melhora social já que a prefeitura e o governo federal não têm uma pesquisa nessa área.

A cidade de Ituverava possui uma alta vulnerabilidade social sendo mais de 50% da população. O programa tem beneficiado mais de 1427 famílias, números de grande expressão para uma cidade com uma população aproximada de 36.268 habitantes.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O livro **Princípios de economia política e tributação** (Ricardo, David 1986) colaborou com toda a fundamentação econômica teórica clássica. Alguns tópicos discutidos são: trabalho, valor-trabalho, remuneração, valor de uso, valor de troca, etc.

O livro **Economia brasileira. Uma introdução crítica** (Pereira, Luiz Carlos Bresser 1994) traz um apanhado geral sobre a situação econômica brasileira nas décadas de 50 a 80. Através deste, foi possível contextualizar-se em toda parte de distribuição de renda, exportação, importação, trabalho, etc.

Os textos **A desigualdade da pobreza: estratégias ocupacionais e diferenciais por gênero**. (Barros, Ricardo de Paes; Machado, Ana Flávia; Mendonça, Roseane Silva Pinto) e **Salário mínimo e pobreza no Brasil: estimativas que consideram efeitos de equilíbrio geral**. (Barros, Ricardo de Paes; Corseuil, Carlos Henrique; Cury, Samir) contribuíram com dados estatísticos e conceitos de desigualdade e pobreza no Brasil.

O terceiro capítulo do livro **Economia brasileira contemporânea** (Gremaud, Amaury Patrick; Vasconcelos, Marco Antônio Sandoval de; Júnior, Rudinei Toneto) é rico em tabelas, gráficos, indicadores. Traz também explicação sobre questões pertinentes ao presente trabalho como: distribuição de renda no Brasil, pobreza e desenvolvimento (eqüitativo, sustentado e participativo).

A distribuição de renda é discutida por José Guilherme de Almeida Reis sob a preocupação da desigualdade que há no Brasil, pelo fato de que a distribuição de renda não é um aspecto isolado do processo econômico, mas é resultante de todo o processo econômico. Enfatizam as teorias sobre a distribuição pessoal da renda na qual entra a discussão da teoria do capital humano e da situação das escolas brasileiras nos dias de hoje.

No livro “**Renda mínima e crise mundial**”, alguns autores discutem sobre renda mínima e seu agravamento com as crises mundiais enfrentadas.

Entretanto, John Kenneth Galbraith enfatiza a sociedade justa sob uma perspectiva humana.

Já o tema a educação e a distribuição de renda são apresentados por Carlos Leal e Sérgio Werlang. Citam a relação da renda com educação, o investimento educacional, a necessidade da intervenção do governo e a diminuição da desigualdade escolar com o ensino pago.

Edmar Bacha trata da política econômica brasileira e sua distribuição de renda enfocando alguns problemas como renda, violência, o modelo econômico brasileiro, salários e etc.

Argemiro Brum faz uma análise completa sobre o desenvolvimento econômico brasileiro. Inclui o capitalismo como um todo o ciclos econômicos brasileiro, os projetos do Brasil como potencia mundial, as crises econômicas mundiais e os desafios do ano 2000.

Thomas Robert Malthus trás um ensaio sobre a população de extrema importância para a fundamentação teórica sobre distribuição de renda e população em

OBJETIVO DA PESQUISA

O objetivo geral desse trabalho é pesquisar a condição sócio-econômica das famílias de baixa renda após a inclusão no programa Bolsa-família. Contudo, os objetivos específicos são verificar se os recursos provenientes do programa melhoraram a alimentação, habitação, saúde das crianças e gestantes, saneamento básico, iluminação, transporte, vestuário, educação, dentre outros fatores importantes para a conclusão do trabalho.

PROBLEMA DA PESQUISA

As famílias de baixa renda que são beneficiadas pelo Bolsa-família na cidade de Ituverava, melhoraram sua condição de vida após incluírem-se neste programa?

METODOLOGIA

A pesquisa possuirá caráter qualitativo com base em pesquisa bibliográfica (dados secundários obtidos através de revistas, livros, jornais, sites, periódicos e de dados obtidos através de cadastros disponíveis na secretaria assistencial do município) e de campo (dados primários obtidos através de uma pesquisa direta intensiva realizada com as famílias ituveravenses cadastradas no programa). Em um universo de 1427 famílias, serão pesquisadas 90 com uma margem de erro de 10%.

Contará com um questionário com perguntas abertas, semi-abertas e fechadas (tipo mostruário) e a entrevista realizada pelo autor do trabalho. Serão pesquisadas famílias cadastradas residentes nos bairros periféricos da cidade tais como Benedito Trajano Borges, Guanabara, Nosso Teto, Cohab, Vila São Jorge e também no Centro da cidade.

A utilização dos dados resultantes da pesquisa de campo será na forma indutiva (estatística).

RESULTADO

A pesquisa encontra-se em fase conclusiva. Toda parte bibliográfica já chegou ao fim e está em andamento a pesquisa de campo. Até o presente momento já foram feitas 70% das entrevistas.

Com parte das respostas, pode-se concluir que realmente as pessoas que recebem o benefício são de baixa renda (pelas condições de moradia e o somatório de todos os salários da família). Para todas elas o benefício é muito importante e tem ajudado na educação, alimentação e saúde das crianças. Porém, ainda há que se melhorar em habitação e vestuário porque o benefício não é suficiente.

Até o presente momento nenhuma gestante se incluiu no Bolsa-família e nenhuma criança se encontrava fora da escola antes de ser incluída no programa.

Portanto, o benefício é sim válido e tem ajudado as famílias de baixa-renda em Ituverava. Porém não tirou nenhuma família da condição de pobreza e miséria.

BIBLIOGRAFIA

CAMAROTTI , Ilka. Parcerias e pobreza. Soluções locais na implementação de políticas sociais. EDITORA: RIO DE JANEIRO: EDITORA FGV, 2000.

FERRO, Andréa Rodrigues. Avaliação do impacto dos programas de bolsa escola no trabalho infantil no Brasil. 2004. (Tese de Mestrado em Economia). Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ), Piracicaba, 2004.

Bolsa família: agenda de compromissos da família. Distribuição gratuita pelo governo federal. Edição especial.

PEREIRA, Luis Carlos Bresser. Economia brasileira: uma introdução crítica. EDITORA: SÃO PAULO: BRASILIENSE, 1994.

RICARDO, David. Princípios de economia política e tributação. EDITORA: SÃO PAULO: BRASILIENSE, 1982.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELOS, Marco Antonio Sandoval; JÚNIOR, Rudinei Toneto. Economia brasileira contemporânea. EDITORA: SÃO PAULO: ATLAS. 1999.

MALTHUS, Thomas Robert. Ensaio sobre a população. EDITORA: SÃO PAULO: NOVA CULTURAL, 1996.

YAZBEC, Maria Carmelita. Classes subalternas e assistência social. EDITORA: SÃO PAULO: ATLAS, 1983.

LEHFELD, Neide. Metodologia de Avaliação qualitativa de programas sociais. EDITORA: RIBEIRÃO PRETO: UNAERP, 2007.

EVANGELISTA, José Geraldo. Crônica de Ituverava. EDITORA: SÃO PAULO: ATLAS, 1987.

<[http:// www.educacao.mg.gov.br/](http://www.educacao.mg.gov.br/)>

Acesso em: Com freqüência em 2006, 2007 e 2008.

<[http:// www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br)>

Acesso em: 03 nov. 2006

<[http:// www.caixa.gov.br/Cidadao/produtos/asp/bolsa_escola.a](http://www.caixa.gov.br/Cidadao/produtos/asp/bolsa_escola.a)>

Acesso em: 05 out. 2006

<[http:// www.usp.br](http://www.usp.br)>

Acesso em: 03 out. 2006

<<http://www.seade.gov.br>>

Acesso em: 16 jan 2008>

<http://www.mds.gov.br/sites/bolsa-familia/>

Acesso em: Com freqüência em 2008.